



# EletoRevista

Revista Científica e Tecnológica

**Institutional Business Consultoria Internacional**

**ISSN Nº: 1983-2168**

Professor Istvan Kasznar PhD.  
Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, na EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas;  
Professor – Conferencista do IBMEC; PUC – Pontifícia Universidade Católica e UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Economista – Chefe da ACREFI  
CEO da IBCI – Institutional Business Consultoria Internacional.  
Conselheiro Econômico do Instituto Dannemann Siemsen da Propriedade Industrial – IDS.

[istvan@fqv.br](mailto:istvan@fqv.br) - [istvan@acrefi.org.br](mailto:istvan@acrefi.org.br) - [istvan@ibci.com.br](mailto:istvan@ibci.com.br)

---

## **O PAC – PROGRAMA ACELERADO DE CRESCIMENTO**

### **Introdução**

Desde dezembro de 2.006 promulga-se com vigor um novo plano macroeconômico salvacionista, o PAC, ou Programa Acelerado de Crescimento.

Salvacionista, no sentido de mentor de um soerguimento e reerguimento da taxa real de crescimento para patamares anuais médios aos das duas últimas décadas, registradas em 3,2% na média geométrica anual nos anos 80 e 2,8% anuais nos anos 90.

Espera-se que um novo impulso seja alcançado e obtido com o PAC – Plano de Aceleração de Crescimento, uma vez que as citadas taxas estão longe das desejadas e das que se apontam como factíveis, realizáveis para o Brasil, na visão de entidades importantes, especializadas em análise macroeconômica, como o IBGE, o BNDES e o IPEA.

### **Importância e real capacidade de planos erguerem a Economia de um País.**

A implantação do PAC é relevante e importante para o Brasil, neste início de terceiro milênio.

Em termos genéricos, um plano se monta e elabora para que sejam antecipados espaços, formas e meios de se viver no futuro, adequadamente e com melhor e mais alto nível de bem-estar que o atual. Ademais, planos visam que se evitem desvios e erros, que ocorreriam em ações e movimentos humanos e comunitários impulsivos.

Os planos procuram desenhar a realidade futura desejada; mostram, estudas e sugerem os mais adequados processos de produção e de alocação de recursos; visam elaborar formas de se financiarem projetos socialmente desejados; geram e contém cronogramas; e mostram os principais objetivos e metas a serem alcançados.

Desta forma, o plano contém direções, sobre as quais podem orientar-se as ações das equipes de trabalho que hão de colocar na feição prática o que se identificou como desejável, necessário, prioritário e importante para uma sociedade.

O plano, neste sentido, é como uma bússola. Dá, fornece, um sentido de direção.

Há naturalmente na história brasileira planos bem sucedidos e outros mal ou pouco sucedidos. São importantes aqueles que no nível federal realizaram sobretudo a partir da década de 1.950.

A partir da missão Cook ao Brasil, nos anos 50, percebeu-se a magnitude dos desafios que o Brasil teria se quisesse realmente se desenvolver nos moldes dos países ocidentais desenvolvidos, como EUA, Japão e Alemanha, entre outros.

O plano PAEG; o Plano de Metas; e os Planos Nacionais de Desenvolvimento I, II e III, desde os governos de Juscelino Kubitschek, passando por João Goulart e no período militar – este de 1.064 a 1.985 – representaram a experiência brasileira de atuar mediante planos. A partir de 1.986, embora houvesse planos, a inflação destruiu a capacidade de ver e entender mediante projeções o que de fato poderia ocorrer.

Por esta razão, os planos se tornaram bem mais qualitativos, que quantitativos. Esta seria uma defesa dos técnicos e das autoridades envolvidas em planos, para evitarem erros e não assumirem valores em moeda local, que pela evolução inflacionária, não se verificariam na prática. Esta é uma defesa técnica natural, daqueles que atuavam mas não dispunham de meios de garantir o que poderia suceder no futuro do país.

Mais recentemente, as duras e disciplinantes medidas monetárias e fiscais utilizadas no país, de 1.993 em diante, permitiram uma maior visibilidade e previsibilidade da inflação, dos juros, do crescimento e das atividades macroeconômicas em geral.

Com uma inflação de 1,5% ao ano medida pelo IGP-M em 2.005, passou a fazer sentido planejar tanto qualitativamente, quanto quantitativamente.

Neste quadro macro, o PAC faz sentido e é importante, para traçar e mostrar os rumos econômicos pretendidos para a nação.

### **O Planejamento contido no PAC, na rubrica dos Investimentos**

O crescimento real da Nação necessita assentar-se sobre os investimentos agregados.

Estes, no Brasil, são postergados ou substituídos pelo consumo corrente do governo (os gastos de custeio), à menor ameaça de instabilidade econômica; recessão; ou redução da arrecadação fiscal.

Ora, como o Investimento, quanto maior, mais crescimento e desenvolvimento gerará a futuro, mais importante é como rubrica e conta macroeconômica.

É fundamental dispor de investimentos agregados públicos e privados elevados, para que o PIB cresça e surja a sensação geral de aumento e crescimento de riqueza no país.

Ao existirem, contudo, inúmeras contas compromissadas com o custeio, o investimento sofre, pois é tolhido, cortado e diminuído em valor. No Brasil, é dada prioridade à conta de custeio e menor valor ao investimento, que é uma conta vital para o desenvolvimento.

O desafio reside em gerar poupanças agregadas, que se dirijam ao investimento. Como os rendimentos médios do trabalhador e suas poupanças são baixas; como o desemprego oficial há mais de duas décadas é alto, rondando os 9% anuais, e as taxas de mau emprego, sub-emprego ou simples desistência em se procurar emprego ou ocupações

remuneradas são elevadas, compreensivelmente as autoridades preferem, independente de matiz ideológico, gastar em salários (custeio, que pela Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser de até 60% das despesas totais e receitas correspondentes em orçamentos equilibrados), a investir em formação bruta de capital fixo e na variação positiva e líquida de estoques.

Investir é propulsionar desenvolvimento. Corresponde a reduzir-se consumo presente, para gerar maior consumo futuro. Envolve sacrifício e pode representar maior bem-estar a futuro.

O difícil é convencer uma população que vive em regime de má distribuição de renda e baixa evolução real de renda nos últimos 25 anos, a fazer mais um sacrifício a favor do crescimento futuro. Este futuro, por definição, não tem forma, não se vê, nem garante o que se promete e escreve em papel.

Logo, o desafio de transformar-se um sonho, um desejo macro, em realidade futura, é imenso e há de passar pela vontade e o crivo popular.

O PAC possui o mérito de ser a preparação do caminho econômico para o futuro. E é importante que exista e seja feito. Fornece direções, rumos e dá evidências sobre a preocupação em alocar-se direito o conjunto de fatores de produção do país.

### **O PAC e suas características no Brasil.**

Que crescer e desenvolver a economia é vital, tirando-a do atoleiro e da modorra em que se meteu nos últimos seis anos, é ponto de encontro e denominador comum de todos quantos lidam com a economia brasileira.

E que mesmo não alcançando índices saudosos semelhantes aos dos anos do “milagre brasileiro”, entre 1968 e 1973, quando a taxa média anual foi de 9,8%, ou aqueles que caracterizam a China dos anos 1996 – 2006, de 11,6%, é preciso reencontrar um ritmo mais enérgico de crescimento, é anseio de todas as classes econômicas e sociais.

As recentes medidas adotadas pelas autoridades, no sentido de promover-se este crescimento acelerado, tão decantado e transmitido aos quatro ventos no primeiro governo trabalhista, no qual o “espetáculo do crescimento” virou figura de retórica e nada mais, dirigem-se com correteude parcial aos propósitos aventados.

Mas seriam elas suficientes, fortes em sua essência, e capazes de tirar uma economia que marcha à ré há 25 anos, do atoleiro?

Certamente que não.

Em 2.006, o país repetiu o penúltimo lugar no posicionamento do crescimento econômico na América Latina, ficando apenas à frente do miserável Haiti. Enquanto no Brasil o PIB cresceu medíocres 2,6%, a República Dominicana cresceu 10,72%; a Venezuela 10,33% e a Argentina 8,50%.

Em comparação com os BRICs, o país apossou-se fazem sete anos seguidos da lanterna. Especialmente vale perceber que a China cresceu em 2.006 a taxa de 10,72% e a Índia alcançou 9,24%.

Com ou sem o PAC, a economia poderá crescer um pouco, aquecer-se timidamente e mostrar estatísticas algo mais benevolentes que as dos últimos cinco anos. Sugere-se na visão do governo uma taxa de crescimento do PIB de 4,5% para 2.007, e de 5% a partir de 2.008, repetindo-se esta projeção para 2.009 e 2.010. A inflação se estabilizaria em 4,5% a partir de 2.008. E a taxa básica de juros, a SELIC, ficaria em 12,2% em 2.007; 11,4% em 2.008; 10,5% em 2.009 e 10,1% em 2.010.

Dividido em duas partes e cinco blocos, o PAC promete medidas econômicas para o crescimento e infra-estrutura para o desenvolvimento. O primeiro bloco refere-se a investimentos em infra-estrutura, especialmente para a produção de energia, mormente petróleo, onde o governo aposta mais seus recursos. O segundo bloco é do estímulo ao crédito e ao financiamento. O terceiro é referente à melhoria do marco regulatório e das leis ambientais. O quarto bloco visa a redução e o aperfeiçoamento tributário. O quinto bloco propõe medidas fiscais de longo prazo, para dar consistência macroeconômica e sustentabilidade ao conjunto proposto de medidas.

Numa visão sistêmica, as propostas são adequadas e necessárias. Mas são insuficientes. Se omitem ao não combaterem a elephantíase do setor público; ao manterem as estruturas do Estado; e ao esquecerem incentivos múltiplos ao sistema empresarial.

A estrutura de produção e de geração de riquezas não terá mudado, nem tampouco a estrutura de gestão do Estado. E a permanecer a ortodoxa política monetária, não haverá sensação de liquidez no mercado e as taxas de juros inibirão os investimentos.

Pelo próprio movimento oscilatório da economia, com o advento do PAC, que prevê investimentos de R\$ 503,9 bilhões até 2.010, as taxas de crescimento poderão aquecer-se algo mais e quem sabe, o ímpeto combinado das medidas mudará a média baixa de crescimento do último quinquênio, situado perto de 3,2%, para uma média superior, de 4,5% a 5% anuais.

Estima-se que 86,5% dos recursos virão das estatais federais e do setor privado, e o complemento adviria do orçamento federal. Resta, a saber, se há elementos que motivam a iniciativa privada, cada vez mais garroteada por uma carga fiscal sufocante, que em 2.006 chegou a 39,7% do PIB. E com taxas de juros de 45% ao ano para o financiamento ao capital de giro, torna-se difícil criar uma estrutura de capitais que conte com além dos próprios, com o capital de terceiros. Um IPCA de 3,91% em 2.007 deixaria exposto um juro real soberbo, e poucos são os negócios, os setores econômicos e as forças corporativas que teriam a capacidade de suplantá-lo.

A média anual proposta de investimentos monta a R\$ 126 bilhões, ou US\$ 60 bilhões, algo próximo a 5,4% do PIB de 2.006 e valor significativo.

Então, o que falta na essência? O que pode representar o diferencial entre taxas de crescimento tímidas e irregulares e taxas altas e saudáveis?

Obviamente, há vários fatores simultâneos, que tolhem o desenvolvimento nacional. Alguns, como a elevada carga fiscal e as taxas de juros são mensuráveis. Outros, como a corrupção, a violência urbana, o índice de criminalidade, o favorecimento de grupos de interesse e a desconfiança em investir em face da história recente de fatores geradores de instabilidade envolvem maiores sutilezas e dificuldades de mensuração.

Provavelmente, impostos menores sobre toda a cadeia de produção e as pessoas físicas, combinados com uma maior oferta monetária, gerariam algum alívio econômico e uma retomada. Mas o fôlego dela seria de curto para mediano, de 5 a 11 meses. E ademais, o câmbio sobrevalorizado, margeando a relação de R\$ 2,1 para cada US\$ 1,00 inibirá as exportações e incentivará as importações.

Isto porque também é cerne da questão da retomada do desenvolvimento a redefinição, a reestruturação e a otimização orçamentária que dê sustentação às atividades de Estado, no Brasil. Constata-se um crescente esforço no sentido de expandirem-se as atividades do Estado – e não que obrigatoriamente devam ser condenadas, ou entendidas como desnecessárias. Pelo contrário, pois num país de graves problemas sociais e péssima distribuição de renda, o Estado é de fato necessário como elemento conciliador e gerador de

soluções às imensas demandas sócio-econômicas da nação. Contudo, o viés ideológico voltou a inflar as atribuições do Estado nos últimos anos, para transformá-lo no colosso das benesses e dos assistencialismos sociais.

Sente-se no setor privado o ataque fiscal, com cobranças maciças e intermináveis de impostos. Quando uma empresa mal conseguiu recompor-se de um imposto pago, ou de parcelas a saldar, logo aparecem novas exigências. E os pagamentos exigidos são imediatos, a fazer em 24 ou 48 horas, o que nenhum fluxo de caixa prevê.

Mais recentemente, aumentou também a fiscalização trabalhista, compreensível num governo de sindicalistas. E ela faz sentido, posto que infelizmente no Brasil ainda perduram práticas escravagistas no campo, em algumas fazendas do norte e do centro-oeste e há abusos flagrantes contra o trabalhador. A falta de carteira assinada; o não pagamento de transporte e refeições; e as condições degradadas no ambiente de trabalho hão de ser naturalmente verificadas e combatidas. Contudo, ao agirem com insensibilidade, colocando todas as empresas e empresários no “mesmo saco”, sejam eles transnacionais ou microempresas, tolgem a iniciativa e a capacidade produtiva dos pequenos e dos honestos.

O sufoco burocrático pelo qual passam as empresas brasileiras é notório e crescente. Apenas uma fiscalização trabalhista de rotina em empresas rurais ou industriais pode levar à exigência de apresentação de 29 documentos, entre livros de registros de trabalho; guias de recolhimento; PPRAs e PCMSOs (programas de prevenção de riscos ambientais e de controle médico de saúde ocupacional; ASOs (atestados de saúde); relações de acidentes e outros. E para atender o fisco leva-se dias de trabalho, horas preciosas que o empresário não tem e que o tiram da atividade produtiva.

Exige-se do contribuinte de tudo, em prazo acachapante, como se o mundo girasse em torno do Estado. E se esquece que a complexidade sócio-econômica brasileira é crescente. Nas cidades médias e menores, onde os serviços são mais raros e são contratados a distância, é comum a irregularidade do suprimento e a falência organizacional. A descontinuidade do provimento e a concorrência entre poucos ofertantes geram para os clientes situações embaraçosas e soluções mais caras.

O Estado não vê e ignora estas dificuldades. Para ele, o que conta é cobrar e bater recorde sobre recordes de arrecadação fiscal. E ao atingir receitas fenomenais, declama-as como uma vitória econômica, como se fossem uma demonstração inequívoca da saúde da economia e um indicador de competência governamental.

Certamente, é preciso que haja rigor e disciplina fiscal. É preciso cobrar o justo e o devido, para sustentar um Estado produtivo que faz o bem à população mediante políticas públicas adequadas. Contudo, no Brasil as receitas disparam para atenderem despesas crescentes e sem fim, ordenhando a esquelética e pálida iniciativa privada destituída de sua capacidade de crescer e desenvolver-se mais.

Enquanto o PIB cresceu à taxa de 2,6% em 2.006, as despesas de custeio públicas cresceram 6,3% acima da inflação. Ou seja, o ritmo produtivo não acompanha a gastança pública na conta de curto prazo. No lugar de redefinir-se e gastar a fábula que já abocanha da sociedade, o Estado promove novas *razzias* sobre os contribuintes. Quem vive de dotações fiscais, projetos públicos e assistencialismo governamental se beneficia, enquanto que quem tem de viver com os altos riscos da iniciativa privada é trucidado.

A carga fiscal já ultrapassou o limite do bom senso há uma década. Ela põe o país à deriva. Ela quebra empresas e empobrece a classe média, o que é criminoso. E não há grupo social que consiga frear sua alta, influenciada por políticos gananciosos e castas públicas dedicadas ao fortalecimento de suas benesses.

Portanto, em grande parte, é o Estado brasileiro atual, contraditório, paradoxal, indefinido, e sedento de recursos para satisfazer seus programas de governo, que retira impiedosamente e desmesuradamente da iniciativa privada os resultados econômico-financeiros pela via da sangria fiscal, o epicentro dos fatores redutores de crescimento do país.

A carga fiscal brasileira evoluiu de 24% do PIB em 1994, para 39% em 2.006. Ou seja, em apenas 12 anos, o Estado apossou-se de cada 1 real produzido em 2.006, de 40 centavos de real. E a contrapartida pelas evidências não tem sido das mais satisfatórias, ao avaliarem-se os programas nos quais o governo enfia a contribuição monetária da nação. A Educação é fraca e os índices de conhecimento escolar permanecem em níveis medíocres. A segurança pública nas grandes cidades está na mão de milícias e o narcotráfico expande-se a olhos vistos, fazendo dos presídios seus novos quartéis gerais. Inúmeras estradas perderam sua pavimentação, receberam uma simbólica capa em 2.006, ano eleitoral, e impedem a solução otimizada da logística integrada de transportes, reduzindo o custo Brasil. E os indicadores de saúde são estacionários, no transcorrer da asfixia e paralisia da rede hospitalar, minada por desadministrações, desvios de material e filas de espera em que os pacientes morrem nos corredores e são selecionados para viver na terra ou padecer no paraíso.

O PAC, para tirar o Brasil da modorra, é mais um plano, com forte cunho estatizante. Ele servirá de bandeira ao governo atual, para mostrar que há esforços na busca da retomada e do desenvolvimento.

Contudo, as verdadeiras e profundas medidas necessárias para equiparar o país aos membros dos outros países emergentes, como os BRICS, ainda estão por vir. Sem modernizações profundas do aparato de Estado e incentivos poderosos à iniciativa privada, o crescimento e o desenvolvimento permanecerão na retórica.

## **Conclusão**

A importância do PAC é reconhecida, dada a sua capacidade de concentrar e focar os investimentos pretendidos num único documento, cuja meta maior é a realização, para o desenvolvimento do Brasil.

Portanto, incentivar o PAC e seus projetos, é uma forma de se incentivar o desenvolvimento do Brasil.

As preocupações em relação ao PAC hão de considerar: a falta de poupança doméstica significativa para os financiamentos de projetos de longo prazo; a falta de uma mentalidade de poupança local, onde se reduza consumo presente a favor de consumo futuro; a falta de poupanças que possam capitalizar projetos do Brasil, com dinheiro barato advindo do exterior, dada a sua preferência em dirigir-se aos EUA, à Europa, e à Ásia, em especial à Chia; e o enorme montante de financiamentos arriscados *subprime* nos EUA, que formam uma bolha de crédito perigosa naquele país, bem mais arriscada que os bons projetos que o capital remuneraria no Brasil. A questão é como poupar mais e atrair capital estrangeiro em condições mais atraentes ao Brasil, para financiar o PAC.

---

## **Resumo**

O artigo mostra a importância do Planejamento de Governo e em particular abre a análise para o recente PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, montado no Brasil pelo governo federal.

---

## BIBLIOGRAFIA

- Blanchard, Olivier; Macroeconomia; Pearson – Prentice Hall; 3ª edição; 2.005.
- Kasznar, Istvan; O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; em Política de Gestão Pública Integrada; em coordenação de Fátima Bayma; FAPERJ e FGV – Fundação Getúlio Vargas / Editora Projetos; ISBN – 978-85-225-0665-1.2008.
- Kasznar, Istvan; Finanças Internacionais para Bancos e Indústrias; Editora IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais; 1990.
- Kasznar, Istvan; Administração de Empresas sob Turbulência: análise de cenários macroeconômicos; RAP – Revista de Administração Pública, da EBAPE / FGV – Fundação Getúlio Vargas; ISSN 0034-7612.
- Kasznar, Istvan; Metodologia Intensa de Análise da Produção e cálculo de ciclo de negócios; RAP – Revista de Administração Pública, da EBAPE / FGV – Fundação Getúlio Vargas; vol. 31, n. 2, ISSN 0034-7612. 1997.
- Sachs, Jeffrey e Larrain, B. Felipe; Macroeconomia; Macroeconomics for global economy; MAKRON Books do Brasil Editora; 2.000.
- Simonsen, Mario Henrique; Macroeconomia; volumes I e II; Rio de Janeiro; Editora APEC; 6ª edição; 1.976.
- Zerkowski, Ralph Miguel; Fundamentos Metodológicos e Conceituais das Estimativas de Investimento; RBE – Revista Brasileira de Economia; número 31; 1.977.
- Fundação Getúlio Vargas – FGV; Revista Conjuntura Econômica; volumes 1 a 54.
- Fundação Getúlio Vargas – FGV; Revista de Administração Pública – RAP;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Anuário Estatístico; anos 2000 a 2006.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Censo Agropecuário; anos 1950, 1960, 1970, 1980.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Recenseamento Demográfico Geral; anos 1.960; 1970; 1980; 1990/1991; 2000/2001.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Séries Estatísticas Retrospectivas; anos 1.970; 1.977; 1.987; 1.994; 1.999; 2.004; 2.007.
- Jornal do Brasil; Seção Economia; período janeiro 1975 a fevereiro 2.007.
- Jornal do Commercio; Seção Economia; período janeiro 1975 a fevereiro 2.007.
- Jornal O GLOBO; Seção Economia; período janeiro 1975 a fevereiro 2.007.
- Jornal Valor; Seções Finanças, Investimento e Economia; período 2005 a 2007.
- 

**Autor: Istvan Karoly Kasznar é PhD. em Business Administration pela Califórnia Coast University – CCU; Mestre em Economia pela Escola de Pós Graduação em Economia da FGV; Técnico em**

**Administração de Empresas Públicas e Privadas pela EBAPE – FGV; Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Especialista em Banking pela Universidade de Berkeley – Califórnia – USA. Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, na EBAPE. Economista – Chefe da ACREFI; CEO da Institutional Business Consultoria Internacional; Conselheiro do SECIF e do Instituto Dannemann – Siemen de Propriedade Industrial. Membro – representante do Grupo de Estudos da Previdência, na FEBRABAN. Especialista em Macroeconomia; Banking; Estratégias e Controles Bancários Avançados. Professor – conferencista do IBMEC; da PUC – Pontifícia Universidade Católica; e da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro ([istvan@acrefi.org.br](mailto:istvan@acrefi.org.br)). Telefone: 55 – 21 – 22637017.**

Correspondências para: [istvan@fgv.br](mailto:istvan@fgv.br)

28/2/2007